




Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 2 • maio-ago. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



EMERGÊNCIA INDÍGENA: COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA DE COVID-19

EMERGÊNCIA INDÍGENA: COMMUNICATION AND
RESISTANCE AMIDST THE COVID-19 PANDEMIC

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira  

Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, PA, Brasil

Alda Cristina Silva da Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Luna Carvalho de Lucena  

Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, PA, Brasil

Lídia Karolina de Sousa Rodarte  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise das articulações comunicativas dos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19 contra o apagamento nas agendas públicas e midiáticas. O presente artigo problematiza a experiência dos povos indígenas com a doença, indagando: quais sentidos foram mobilizados por esses povos, no Brasil, nas suas articulações políticas, culturais e comunicativas sobre a pandemia no ambiente digital? A pesquisa objetiva compreender como os indígenas vivenciaram essa realidade e os sentidos construídos sobre ela. Como corpus de investigação, toma-se o site emergenciaindigena.apiboficial.org, administrado por entidades representativas dos povos originários. Como procedimentos conceituais e metodológicos, dialogamos com o interacionismo simbólico e a análise enunciativa e narrativa em Rabatel (2016). Os resultados apontam para o domínio da comunicação digital na busca por canais autônomos que possam subverter os sentidos construídos sobre os indígenas, e que esses povos se apropriem destes ambientes digitais para construir narrativas de denúncias e de proteção, assim como diferenciar suas demandas de acordo com as etnias existentes no Brasil, contra a homogeneidade da mídia de massa.

Palavras-chave: covid-19; povos indígenas; comunicação digital; [emergenciaindigena](http://emergenciaindigena.apiboficial.org).

ABSTRACT

This research proposes an analysis of the communicative articulations of indigenous peoples in the Covid-19 pandemic against erasure in public and media agendas. This article problematizes the experience of indigenous peoples with the disease, asking: what meanings are mobilized by these peoples, in Brazil, in their political, cultural and communicative articulations about the Covid-19 pandemic, in the digital environment? The research aims to understand how indigenous people experience this reality and the meanings constructed about it in the pandemic. As a research corpus, the website emergenciaindigena.apiboficial.org was selected, a website managed by entities representing indigenous peoples, regarding the pandemic in indigenous areas. As conceptual and methodological procedures, we dialogue with symbolic interactionism and enunciative and narrative analysis in Rabatel (2016). Results point to the dominance of digital communication in the search for autonomous channels that can subvert meanings constructed about indigenous people in traditional media narratives.

Keywords: covid-19; indigenous peoples; digital communication; [emergenciaindigena](http://emergenciaindigena.apiboficial.org).

1 INTRODUÇÃO

Na presente escrita, partimos de uma leitura política, cultural e comunicativa nos moldes de Gabriel Cohn (2014), para refletir sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil frente à pandemia da Covid-19. Tomamos como partida as perguntas elaboradas pelo sociólogo Cohn (2014, p. 18): “como agem os meios de comunicação no plano coletivo? Quais os seus efeitos? Como a organização e o modo de agir desses meios se relacionam com diversos tipos de sociedade?”

Esse alinhavo é pensado tendo como escopo de observação certa reprodução de invisibilidade dos povos indígenas, com foco no período da pandemia do novo coronavírus, tanto pelo governo brasileiro como pela mídia tradicional, remetendo às narrativas do início do século XVI (GONDIM, 2019; DUSSEL, 1993), nas quais as vozes desses sujeitos foram negadas, ou cujo reconhecimento de humanidade fora omitido no processo histórico de constituição da sociedade moderna, em específico na América Latina, a partir de noções que separavam o mundo por meio de construções preconceituosas por parte dos sistemas sociais e das organizações poderosas (PINTO, 2005; COHN, 2014), em que os indígenas eram considerados seres fantásticos ou selvagens.

Nossa pesquisa retoma essas construções, fazendo uma interpretação crítica de um passado que teima em se prolongar no presente e, hoje, tem o reforço das mídias que passam a mediar a construção do mundo social. “Um mundo social para o qual as mídias constituem pontos de referência e recursos fundamentais” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 29). Por isso, dialogamos com o interacionismo simbólico, no qual um objeto pode assumir novos e diferentes significados à medida que as pessoas se deparam e interagem com ele de novas maneiras. Os indivíduos agem com base nos significados que a realidade tem para eles, derivando ou decorrendo da interação social que se estabelece entre uns e outros (BLUMER, 1980; MEAD, 2010; SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2016).

As discussões são amparadas na premissa de que os grupos humanos se constituem, produzem a si mesmos por meio da ação, isto é, a comunicação como um importante processo necessário à construção do mundo. Esteves (2011, p. 40) nos lembra que cada um de nós “só pode assumir-se como agente de comunicação/sujeito do discurso a partir do momento em que se encontra inserido numa dada rede de sociabilidade”.

Em 2020, ano de referência desta pesquisa, a humanidade foi acometida por uma pandemia que afetou lugares e pessoas de maneira diferenciada e, em particular, foi devastadora nos territórios indígenas brasileiros, considerando o descaso institucional do governo e a desigualdade na aplicação de ações de saúde. Por outro lado, os meios de comunicação de massa não visibilizaram as particularidades da situação desses povos, que estão distantes dos centros urbanos e com pouca ou nenhuma assistência. Quando reportamos o papel dos meios de comunicação, enunciamos duas dimensões essenciais a serem levadas em conta naquele momento: a midiaticização do social provocada pelo distanciamento das pessoas, e o uso de todo o aparato midiático para informação, orientação e sociabilidades na sociedade, em virtude da pandemia.

A midiaticização é pensada em diálogo com Couldry e Hepp (2020, p. 57), mesmo considerando as diferenças que ela produz nos diversos contextos, quando entendem, entre outras reflexões, “a disseminação cada vez maior dos meios de comunicação (quantitativo) e as consequência sociais e experienciais (qualitativo)” dessa ação, em que a comunicação mediada passa a contribuir para a construção do mundo social.

No presente artigo, indagamos: quais sentidos são mobilizados pelos povos indígenas no Brasil nas suas articulações políticas, culturais e comunicativas sobre a pandemia da Covid-19, a partir do website do coletivo Emergência Indígena (EMERGÊNCIA INDÍGENA, 2020)¹? E como objetivos: a) analisar como os povos indígenas vivenciaram a pandemia e os sentidos produzidos sobre a mesma no website emergenciaindigena.apiboficial.org; e b) compreender como os povos indígenas construíram suas ações sobre a pandemia. Nessa construção, levamos em conta as experiências desses povos com a visibilidade dos problemas causados pela Covid-19 e as dificuldades em suas comunidades ampliadas pela pandemia, como: o racismo contra comunidades indígenas em pequenas cidades; a falta de um plano das instituições federais específicas para esses povos; o isolamento e distanciamento social, que intensificaram as invasões de garimpeiros, madeireiros, grileiros e missionários fundamentalistas nos territórios (APIB, 2020a), entre outros.

Como corpus de investigação, analisamos o site emergenciaindigena.apiboficial.org, administrado por um coletivo de entidades representativas

¹ Informamos que, em 2020, quando iniciamos a pesquisa, o acesso ao site acontecia no endereço eletrônico <http://emergenciaindigena.apib.info>. Atualmente, para acessar as informações, o site migrou para o endereço emergenciaindigena.apiboficial.org, aqui referenciado como Emergência Indígena (2020).

dos povos originários, capitaneado pela Associação Brasileira dos Povos Indígenas (APIB), produzido com o objetivo de visibilizar a situação dos povos indígenas, assim como sensibilizar autoridades e a sociedade. A plataforma foi desenvolvida pela Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação)², em cinco idiomas: português, inglês, francês, árabe e japonês.

Identificamos o site como uma importante estratégia política, cultural, social e comunicativa das organizações indígenas, pois a partir dele são elaborados e visibilizados os planos, projetos e ações no acompanhamento do impacto do vírus, com atitudes de enfrentamento específicas e diferenciadas, procurando resguardar a memória e o conhecimento ameaçados pela morte dos parentes.

Como procedimentos conceituais e metodológicos, partimos do interacionismo simbólico (BLUMER, 1980; MEAD, 2010; SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2016), e da análise enunciativa e narrativa em Rabatel (2016), identificando os pontos de vista na narração dos povos indígenas, em observação aos traços dos processos interacionais e pragmáticos em que o narrador opera escolhas, assim como demarcamos que a comunicação é essencial ao mundo social, “pois ela é o principal meio pelo qual as interações e as inter-relações que produzem o mundo social sejam realizadas” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 48). Com Castells (2015), busca-se observar a construção das relações de poder e a alteração por atores sociais que se mobilizam no enfrentamento à institucionalização.

2 SER E SE FAZER VISÍVEIS

“A Covid-19 chegou nos territórios indígenas de forma avassaladora. Vidas indígenas estão sendo perdidas em um ritmo crescente. Estamos diante de uma tragédia humanitária sem precedentes e precisamos nos unir e agir” (EMERGÊNCIA INDÍGENA, 2020). Este alerta abre a *home* do site *emergenciaindigena*, e tem a intencionalidade de chamar a atenção da sociedade para a situação. “Nós não somos apenas números! Vidas indígenas importam, precisamos conhecer as histórias dos que estamos perdendo. É preciso humanizar esses dados!” (EMERGÊNCIA INDÍGENA, 2020). Essa informação, também extraída do site, demarca a relevância de se pensar os sentidos desses povos na sociedade, não como meros personagens

² A Mídia NINJA é uma plataforma de comunicação alternativa criada em 2013, durante as manifestações de junho no Brasil. Atualmente, conta com mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas envolvidas em casas coletivas pelo Brasil (MÍDIA NINJA, 2023).

figurativos ou exóticos, mas como sujeitos que lutam para se fazerem visíveis e existentes em suas particularidades e necessidades sociais e culturais.

Compreendemos assim, que além das lutas históricas de se fazer visível contra uma interpretação estigmatizadora, os indígenas precisam resistir à invisibilidade que ainda sofrem, mesmo como atores políticos importantes da sua própria história, principalmente nos meios de comunicação tradicionais, ou como nativos que desarmonizam a ordem instalada pelo branco, conforme observação de Gondim (2019) quando, em suas pesquisas na década de 1990, fez mapeamento das narrativas de viagem dos cronistas europeus, iniciadas no século XVI, durante o período de exploração e colonização da região amazônica.

Entendemos a visibilidade enquanto dispositivo contemporâneo que alude a um sentimento de existência (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 15). Contra essa tirania da visibilidade ou da invisibilidade, infere Matos (2013, p. 343) que “a transparência do poder e dos comportamentos individuais [...], em vez de revelar os mecanismos do poder e de ampliarem os espaços de liberdade e de autonomia dos indivíduos, reforçam a ideologia e o fetichismo”. Por outro lado, se o atual momento se estrutura como sociedade da informação e comunicação (que são, inclusive, essenciais à população) como orientação a um momento grave vivido como a pandemia, também se ampliam as expectativas das possibilidades de uma melhor comunicação entre os indivíduos e a sociedade.

Nessa perspectiva, relembramos a trajetória dos povos indígenas na formação histórica e social do Brasil e da Amazônia. As imagens e representações se configuram desde o século XVI – quando os europeus, em terras amazônicas, têm dificuldades em perceber e reconhecer o Outro – criaram a figura do ‘índio genérico e homogêneo’, um ser com descrições que vão de canibais, preguiçosos a selvagens, dentro de um marco referencial teórico e ideológico próprio (GONDIM, 2019; PINTO, 2005). Essa ideologia, segundo Cunha (2012, p. 22), será reproduzida também pela metrópole brasileira ao assumir que os indígenas foram apenas vítimas do sistema mundial, mas vão reforçar a eliminação física e étnica destes como sujeitos históricos.

Logo, devemos, segundo Thiérior (apud SOUZA, 2019, p. 18), entender os sentidos dos indivíduos que compõem a Amazônia e ao mesmo tempo, “apontar o descaso para com os povos que, depois de terem sido expulsos da condição humana, foram reintegrados nesta condição mediante o abandono de suas crenças e sofrendo toda sorte de dominações físicas e morais”.

Do mesmo modo, Márcio Souza (2019) nos provoca a pensar a Amazônia para além da história fragmentada – acrescentamos a extensão do que não sabemos sobre ela – contada por cientistas da América do Norte, da Europa ou do próprio Brasil, considerando que o processo social do território é constituído pelas relações sociais e de poder político. Ou seja, refletindo sobre o pensamento colonial que se instalou na descrição do que seriam os indígenas.

Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas [...]. Ocupavam o solo com povoações em escala urbana, contavam com um sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, uma agricultura diversificada, uma cultura de rituais e de ideologia vinculada a um sistema político centralizado, e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores, e seus remanescentes foram obrigados a buscar a resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte (SOUZA, 2019, p. 47).

A luta dos indígenas é uma luta histórica, a partir de um movimento de resistência que busca demarcar as diferenças entre as etnias existentes, pois os povos assimilam seus embates como iguais, mas se compreendem com especificidades em suas culturas. Caso contrário, o hodierno *homo communicans*, de Gabriel Marcel (1950 apud ESCOLA, 2011, p. 19), “não é senão um habitante desenraizado, uniformizado, errante e exilado na aldeia global, cada vez mais virtual”.

2.1 CORPUS DE ANÁLISE

No início da pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2020, a Associação Brasileira dos Povos Indígenas (APIB) elaborou, em conjunto com outras entidades representativas, um Plano de Enfrentamento (APIB, 2020b, p. 51)³,

³ A estrutura institucional é de responsabilidade da APIB, na linha de frente do planejamento estratégico das atividades. O que torna assim, a comunicação institucionalizada, mediando as relações entre os indivíduos e a sociedade. Essa ‘institucionalização’ não é o foco deste estudo, pois não é em si a entidade o marcador social diferenciador, mas a nossa busca pelo protagonismo das vozes indígenas na compreensão dessa mesma relação diante de uma crise sanitária e humanitária. Compreendemos por institucionalização aquilo que nos dizem Berger e Luckmann (2014, p. 77), quando afirmam que ações institucionalizadas são tipificadas e executadas por determinados tipos de atores, além do que, essa tipificação deva ser conhecida e compartilhada por todos os membros de uma sociedade.

a partir das demandas apresentadas por lideranças indígenas de todo o país no contexto do Acampamento Terra Livre (ATL) e a Assembleia Nacional de Resistência Indígena, sob três eixos: ações emergenciais de cuidado integral e diferenciado no controle da pandemia; ações judiciais e de incidência política; e ações de comunicação e informação em saúde. O documento foi apresentado para as autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como para a imprensa, em junho de 2020, e assinado por outras entidades que integram a frente indígena, tendo um orçamento de R\$ 100 milhões para ações no Brasil.

Nossa análise inicia no Eixo 3 do Plano de Enfrentamento, que enumera oito ações, entre elas o apoio à estruturação de estratégias de vigilância e monitoramento comunitários da Covid-19, para organizar e disseminar informações produzidas, em que se insere o site emergenciaindigena.apiboficial.org, com dados sobre o contágio nas localidades indígenas e povos afetados, compondo uma estratégia para articulação de redes de solidariedade e apoio para implementar as ações do plano. A ação faz monitoramentos e disponibiliza informações para embasar proposições às políticas públicas relacionadas a evitar mortes entre os povos indígenas.

2.2 MARCOS CONCEITUAIS

Ao pensarmos nas articulações comunicativas dos povos indígenas e entidades que os representam, levamos em conta o que nos aponta Esteves (2011) ao refletir sobre uma sociologia da comunicação. Para ele, a comunicação é indissociável da experiência concreta dos indivíduos e do enraizamento na vida cotidiana, “mas ao mesmo tempo uma comunicação que deve (tem de) poder estabelecer um certo distanciamento em relação à sua própria forma de apreensão em termos intuitivos e estritamente empiristas” (ESTEVES, 2011, p. 27).

Do mesmo modo, a comunicação “se inclui entre a matéria constituinte das forças compulsivas que dão formas às figurações sociais; condiciona, pois, decisivamente as várias teias de interdependências que os indivíduos estabelecem entre si” (ESTEVES, 2011, p. 28). Nessa perspectiva, é impossível desconsiderar o papel que exercem as mídias na construção do mundo social. Na atualidade, elas constituem pontos de referência e recursos fundamentais, uma vez que pela comunicação damos sentido ao nosso mundo, “e construímos mecanismos (simples ou complexos) para coordenar o nosso comportamento, a dimensão comunicativa das nossas práticas é crucial para o modo como o mundo social é construído” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 30).

Logo, os povos indígenas vivem suas realidades num contexto histórico e social que os ligam à sociedade como um todo, inseridos num sistema social que ainda os marginaliza, por isso necessitam de ações comunicativas que enunciem suas existências e experiências.

O Governo Federal é o principal agente transmissor do vírus entre os povos indígenas. A omissão na construção de ações eficazes de enfrentamento a pandemia, a negligência na proteção dos trabalhadores e usuários do Subsistema de Saúde Indígena e a construção de políticas que favorecem a invasão dos territórios indígenas são os principais fatores desse contexto de violações (EMERGÊNCIA INDÍGENA, 2020).

Ao analisarmos as ações das entidades e indígenas, retomamos os pressupostos de Blumer (1980) e identificamos as três premissas do interacionismo simbólico, assim como nossas concepções dessas construções na mediação pelos meios de comunicação:

[...] de que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que essas coisas têm para eles [...]; de que o significado de tais coisas deriva, ou decorre, da interação social que se estabelece com os próprios pares. A terceira premissa é a de que esses significados são controlados em um processo interpretativo [...] utilizado pela pessoa ao lidar com as coisas com as quais entra em contato (BLUMER, 1980, p. 119).

Ao reconhecer que o significado é criado pelas interações sociais, o autor salienta que não deveríamos ver o uso pessoal desse significado como automático. O uso dos significados por um indivíduo se dá pela interpretação e a autorreflexão, sendo a interpretação um processo formativo no qual utilizamos os significados como instrumentos para orientar nossas ações e decidir quais, dentre as muitas coisas presentes em uma determinada situação, são relevantes. Destarte, podemos caracterizar a interação simbólica como a interação em que um processo social é percebido e redefinido, sendo os significados “Criações elaboradas em e através de atividades humanas determinantes em seu processo interativo” (BLUMER, 1980, p. 121). Os indígenas, portanto, produziram sua presença no território digital para apresentar especificamente suas lutas naquele momento e garantir sentido e visibilidade social negados pelos meios de comunicação tradicionais.

Como ressalta Castells (2015), na era da “Autocomunicação de Massa” o ambiente digital articula as formas de comunicação em hipertexto interativo

e complexo, integrando e recombinando, em sua diversidade, expressões produzidas pela interação. Isso permite multiplicar a comunicação a partir de pequenos grupos, tornando-os capazes de sensibilizar o social. O autor explica que, neste cenário, a comunicação interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa coexistem, interagem e se complementam. Do mesmo modo, advertem Couldry e Hepp (2020) que o papel das mídias na construção social da realidade torna-se intenso aos elementos e processos “a partir dos quais o mundo social e a sua realidade cotidiana são formados e sustentados” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 275).

Nesse sentido, observamos que os povos indígenas se contrapõem às narrativas homogeneizantes da mídia tradicional, quando se apropriam do território digital com seu processo de comunicação, mediando a forma pela qual as relações de poder são construídas e desafiadas enquanto práticas sociais e políticas.

Em vista disso, constata-se que, no panorama da análise da realidade social, o interacionismo simbólico demonstra não ter se esgotado na década de 1960 e buscamos, conforme indicam Sandstrom, Martin e Fine (2016, p. 34), “insights úteis” para refletir “sobre como as ações são afetadas pelos outros e como você também os afeta, especialmente quando você se envolve em ações conjuntas”.

3 ANÁLISE - SILENCIAMENTO MIDIÁTICO DOS POVOS INDÍGENAS

Partimos para análise, entendendo o jornalismo e sua finalidade como um “entrelaçar [de] mundos e tecer [de] redes com todos os percalços e potências de que este gesto se constitui” (RESENDE 2011, p. 134). E entre estes percalços, problematizamos a falta de pluralidade de vozes na construção dos fatos jornalísticos, inclusive visível nas escolhas das fontes que incidem sobre os atores mais bem posicionados na hierarquia social. Para Gans (2004), as vozes de grupos em posições marginalizadas, certamente, precisarão transgredir a ordem estabelecida para se fazer ouvir.

Nossa pesquisa fez, inicialmente, um levantamento quantitativo do noticiário sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na população indígena brasileira entre os meses de abril a outubro de 2020, a partir dos portais de notícias e jornais. O objetivo foi registrar o poder da cobertura para a pauta indígena. Foram usadas, no buscador Google, duas palavras-chave: “indígena + Covid”, e excluídas publicidades, comunicações de

ONGs, governo, institutos de pesquisa e universidades. Nos primeiros 56 resultados, 23 apenas eram sites de jornais/revistas/portais, com um intervalo de cobertura com saltos temporais expressivos (maio/agosto/outubro), e quando os problemas dos povos indígenas eram abordados jornalisticamente, emergiam de maneira generalista.

Os dados legitimam a justificativa do coletivo Emergência Indígena na criação do projeto de comunicação digital. Na apresentação das estatísticas que incidem sobre os povos indígenas, utilizam trecho da Carta Final da Assembleia Nacional da Resistência Indígena: “Em tempos de pandemia, a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios” (APIB, 2020a).

Apontamos, neste momento, que na perspectiva da visibilidade midiática, as vozes dos povos originários criam esta estratégia para evitar o silenciamento. Segundo Orlandi (2007), é imprescindível identificar a diferença entre silêncio e silenciamento: o primeiro fundamenta a troca de enunciados no processo comunicacional, e compõe a necessidade humana de expressão e comunicação com o outro. Orlandi (2007, p. 12-13) explica que “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem, assim todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

De outro lado, o silenciamento é a política do silêncio, um ato consciente, intencional. Para que possa ser compreendido, deve estar inserido na dimensão política que define o que é incluído e excluído pelo interlocutor com o desígnio de influenciar o processo comunicacional.

Como reação ao silenciamento, os povos indígenas brasileiros na pandemia buscaram ferramentas comunicativas que os tornassem visíveis, utilizando recursos do território digital, entre eles, conforme reflete Castells (2015): inteligência coletiva, colaborativa e confiança mútua. Segundo o autor, o uso de redes sociais e plataformas virtuais possibilitam o reordenamento das estruturas de poder e subvertem a lógica midiática da distribuição unilateral da informação. Esse reordenamento é, para o autor, a concretização de espaços para produção e reprodução de conteúdos hegemônicos e contra-hegemônicos no ciberespaço, fazendo emergir novos sujeitos políticos, ampliando o leque temático da agenda pública, impulsionando mudanças estruturais no jornalismo e demonstrando que o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DE SI

Ao analisar as mobilizações dos povos indígenas na pandemia, pensamos, em acordo com Couldry e Hepp (2020), que o mundo social é a produção e/ou produto geral dos nossos processos conjuntos de construção social – em especial a comunicativa. O mundo social é construído por interdependências, e, como tal, esse mundo torna-se “dependente dos conteúdos das mídias, em proporções significativas” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 278). Esse princípio é compreendido pelos povos indígenas, que ao se apropriarem do ambiente digital, o fazem para diferenciar suas comunicações com as diversas etnias e interagir de acordo com os símbolos, as palavras, os sinais e outros elementos que tenham sentidos e significados para eles.

Assim, a voz tem a capacidade de criar uma narrativa própria, como explica Couldry (2010), mas, em si mesma, não dispõe de grande valor. É neste ponto que a narrativa indígena se encontra: fora do eixo de fonte da grande mídia, sem interesses convergentes às pautas legitimadas pela audiência, se situando quase sempre no exotismo de sua condição.

Segundo Martino (2016, p. 105), a partir da compreensão em diversos autores que discutem a alteridade, “o exercício da narrativa é também um exercício de classificação, e o ato de narrar o outro significa geralmente sua redução aos esquemas narrativos que permitem torná-lo inteligível – mas com uma perda substancial de suas características”, corroborando com o “Homo Narrans” qualificado por Rabatel (2016), capaz de se colocar no lugar do outro e até de outros, podendo fazê-los dialogar e até mesmo criar empatia ou simpatia em sua audiência.

Tentando modificar a lógica do sistema midiático tradicional, as entidades representativas dos indígenas construíram, no território digital, espaços de sociabilidades com o objetivo de expor as suas realidades discursivas e sensibilizar a audiência a partir da criação coletiva de conteúdos, com a participação das diversas etnias. A apropriação desse ambiente foi ocupada com narrativas de resistência, de caráter político, contra a injustiça, invisibilidade e marginalização.

Entre a perspectiva interacionista e a enunciativa do Ponto de Vista (PDV), mobilizamos nossas análises, tendo como base a linguagem e o sistema de símbolos que os membros de uma cultura utilizam para a representação e a comunicação. É Rabatel (2016) que nos conduz na análise narrativa desse ambiente digital, uma vez que o PDV é importante para determinar o aspecto do seu conteúdo proposital e a origem enunciativa dos referentes que compõem o texto.

Nessa construção de imagens de si através do PDV, os indígenas se apropriam da narrativa digital com seus símbolos e linguagens, determinando que “falam” a partir de si próprios. Isso é perceptível na linguagem e nas imagens escolhidas para compor o site, onde sua presença está fora do ambiente midiático tradicional. A voz indígena, como salienta Rabatel (2016, p. 17), não é apenas apresentada como uma voz desencarnada, mas sim conferindo a essa “voz um corpo, um tom, um estilo, uma inscrição em uma história”.

Assim, a noção que aqui utilizamos é de expressão das percepções e/ou dos pensamentos representados no site em questão (RABATEL, 2016), no qual a narrativa se estabelece como um jogo, em como o narrador/locutor pretende alcançar seus objetivos. O site possibilita o que o autor define como a concepção de um sujeito responsável pela encenação enunciativa, um eco das representações a ele atribuídas, qualificado como “Homo Narrans”, triplamente sujeito de si: coator, heterogêneo e polifônico, nas relações estabelecidas a partir de seus pares e em relação à audiência.

3.2 ARTICULAÇÃO COMUNICATIVA

O site estampa a emergência indígena em cinco idiomas diferentes (português, inglês, francês, árabe e japonês), usando as cores vermelho e preto sobre o fundo branco, reforçando a presença das cores usadas para pintar a pele. A identidade é destacada no design com o grafismo indígena, imagens de cocares, adereços, arcos e flechas, reforçando a narrativa e a narração do PDV da presença indígena no ambiente digital (Figura 1). Ao mesmo tempo, há uma atualização dessa narrativa com a temática, que é a gênese da campanha comunicacional: a pandemia (Figura 2).

Figura 1 – Print página inicial



Fonte: Emergência Indígena (2020).

Figura 2 – Print página Relatórios



Fonte: Emergência Indígena (2020).

É necessário criar um ambiente com símbolos que signifiquem a relação interativa entre os povos, destacando o que há de comum entre as diferentes etnias que se unem na narrativa e na narração, mas mantêm sua identidade, característica apontada por Rabatel (2016) deste “Homo Narrans”, que se torna o que ele é ao longo de um processo socializado permanente de construção de sua identidade:

Todo indivíduo, na singularidade de sua construção social, só existe pelo outro e graças à coletividade à qual pertence, pelos múltiplos pertencimentos que o ajudam a construir sua personalidade, seus valores, a ajustar comportamentos práticos e suas representações (RABATEL, 2016, p. 26).

Ainda na abertura, o vermelho substancia o tom de emergência no decorrer da página, com quatro destaques: um texto de abertura e três sobre a *live* Maracá, com dois hiperlinks para páginas internas do site – um para doações e outro para acessar os episódios da *live*, que é composta por uma série de oito vídeos e um trailer produzidos como parte de uma campanha com objetivo de estimular o apoio nacional e internacional aos povos indígenas brasileiros. O roteiro apresenta textos elaborados a partir de vídeos de discursos de lideranças indígenas brasileiras como o Cacique Raoni, Sonia Guajajara, Kretã Kaingang, Marcos Xukuru, Shirley Krenak, entre outras, lidos por artistas e personalidades nacionais e internacionais, além de indígenas de todo o país.

Dois hiperlinks para páginas externas estão dispostos lado a lado: um para denúncia de violação, que remete à página do site da APIB (APIB, 2020c), orientando como podem ser feitas denúncias em fotos, vídeo ou áudio; outro hiperlink transfere para o perfil @memorialindigena no Instagram, com homenagens aos mortos na pandemia.

A página inicial traz o acesso facilitado a oito abas (Home, Sobre, Relatório APIB, Nossa Luta, Dados Covid-19, Maracá, Apoie e Idioma). Seguindo com a barra de rolagem, é apresentado o link para acesso dos dados sobre o contágio da Covid-19 entre as comunidades indígenas⁴. Até o fechamento deste artigo, os números eram atualizados com apuração diária e confirmação através do contato direto com as lideranças indígenas e organizações locais.

A partir dessas informações, o site oferecia um panorama do avanço da doença em relação aos povos indígenas, inserindo ainda mapas apontando áreas onde o movimento indígena responsabilizava o Governo Federal pelos primeiros casos do novo coronavírus na Amazônia. Também apontam Estados onde faltava atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) aos povos que vivem em contexto urbano e em territórios não homologados, denunciando inclusive hospitais que registravam indígenas que vivem em contexto urbano como pardos. Os mapas demonstram ainda onde estavam sendo denunciados os crimes de racismo contra comunidades indígenas.

Outra denúncia da página inicial era sobre a introdução do vírus em várias aldeias do Mato Grosso do Sul pelo agronegócio. O site informava, com dados da mídia local, que na Reserva Indígena de Dourados, onde a primeira morte foi registrada por um Guarani Kaiowá, a doença foi transmitida por um funcionário da JBS Frigorífic: este “padrão se repete no oeste do Paraná, nas terras indígenas de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul”, apontava o texto.

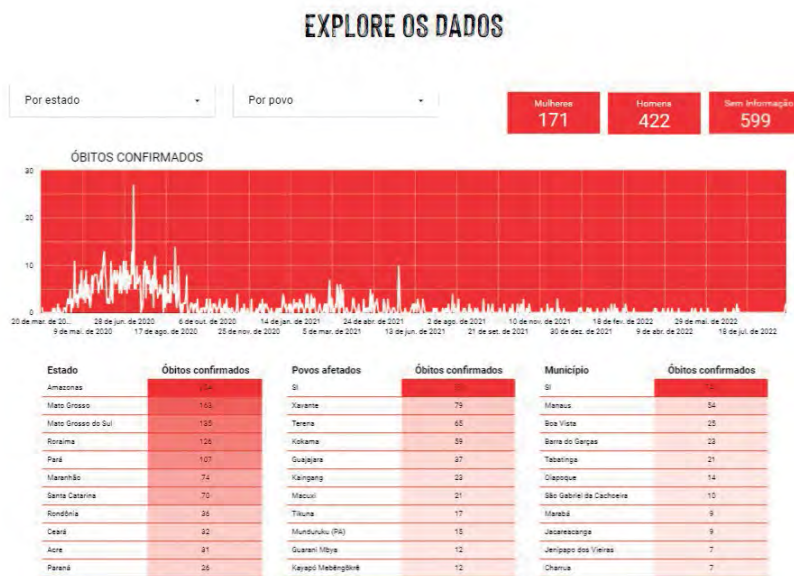
A página finalizava com três hiperlinks: página externa para doações; página externa do Instituto Socioambiental, organização da sociedade civil brasileira sem fins lucrativos, com objetivo de propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021); e página externa do perfil @sospovos no Instagram, que atua como mais uma plataforma de informação em campanhas. No fim da página, indicações para as redes sociais da APIB, e três opções para grupos de WhatsApp onde era possível interagir com o movimento.

⁴ Até junho de 2022, de acordo com monitoramento próprio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), as vítimas da pandemia de Covid-19 somaram 71.592 casos confirmados e 1.310 óbitos entre indígenas brasileiros. Esses dados conflitam com o levantamento da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), publicado no portal do governo federal (atualização em 30 de maio de 2022), apontando 65.695 casos de covid-19 entre indígenas e confirmando 914 óbitos, com informações obtidas de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis). Nesta relação de monitoramento, a diferença entre os casos confirmados passa de 5.890, omitindo na produção de dados os casos de indígenas não aldeados, residentes em contexto urbano, uma das queixas dos indígenas que expressam no site tratar-se de uma descaracterização étnica.

Analisando a primeira página, é possível identificar elementos fundamentais de interação no ambiente digital para além do conteúdo informativo, concretizando a autocomunicação de massa conceituada por Castells (2015) da cultura do compartilhamento, distribuindo a informação, provocando a agenda pública e, conseqüentemente, enfrentando o silenciamento midiático e as ações do campo político. Do mesmo modo, constatamos que a linguagem utilizada se concentra no significado compartilhado sobre a pandemia e a situação vivida pelos povos com a Covid-19, e a partir dela. Esses povos atribuem significados às situações com base em suas próprias interpretações e segundo suas experiências, apontando culpados e o descaso com os indígenas.

De acordo com a metodologia encontrada na aba “Dados Covid-19”, as informações apresentadas são do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, e a coleta era descentralizada através de diversas organizações indígenas de base que compõem a APIB. A divulgação era realizada a partir da consolidação dos dados do dia anterior de informações reunidas das organizações indígenas, de frentes de enfrentamento à Covid-19 organizadas no Brasil, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. Assim, se tornava possível acompanhar os óbitos a partir da distribuição geográfica por Estado, povos afetados e municípios (Figura 3).

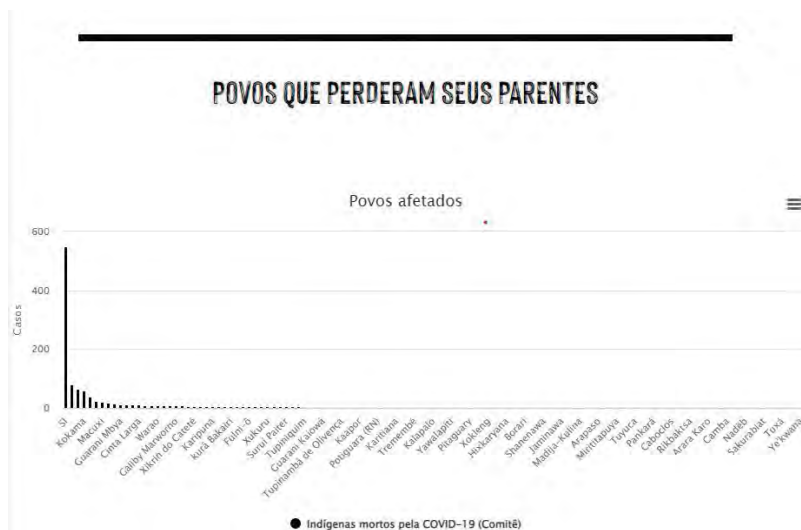
Figura 3 – Print página Relatórios



Fonte: Emergência Indígena (2020).

Há um detalhamento em quatro gráficos com efeitos de animação. Enfatizamos o primeiro da página (Figura 4), em que é agrupada uma relação entre as mortes e os povos afetados. Assim, eles se apresentam em uma luta única, porém respeitando as singularidades de suas etnias, que tiveram perdas e quantidade de vítimas registradas de forma individual.

Figura 4 – Print gráfico “POVOS QUE PERDERAM SEUS PARENTES”



Fonte: Emergência Indígena (2020).

O uso da expressão “parente” no título requer um destaque: foi usada em vários textos e exemplifica a narrativa em PDV e a autonomia individual e social da autocomunicação que a plataforma proporciona, diferentemente da grande mídia. Lembramos Goffman (2012), quando afirma que os indivíduos agem por uma série de orientações conjugadas e autorizadas no que diz respeito às trocas simbólicas. Esse termo particulariza o sentido de proximidade, pois tem significado na interação entre os povos.

Chamar alguém de parente é colocá-lo numa rede de relações que se confunde com a própria compreensão cosmológica ancestral. [...] Do ponto de vista indígena isso vai além da consanguinidade e se insere numa cosmologia cuja crença coloca todos os seres (entes) numa teia de relações. Somente neste contexto é possível compreender a intrínseca relação dos indígenas com a natureza (MUNDURUKU, 2013, não paginado⁵).

⁵ Informamos que essa citação foi retirada, em 2021, do endereço eletrônico da Fundação Araporã (FUNDAÇÃO ARAPORÃ, 2021), sem indicação de numeração da página. Hoje, ela não está mais acessível, porém tal fala pode ser encontrada no texto “Usando a palavra certa pra doutor não reclamar” (MUNDURUKU, 2013).

Outra presença do PDV está na relação com o tempo. Mesmo no ambiente digital, as narrativas do passado, presente e futuro se encontram numa mesma linearidade, se presentificam no site com homenagens aos que se foram, dados de contágio com atualização sistemática e diária, e a cobrança de políticas públicas específicas para os povos indígenas, com anúncio de vitórias na pandemia, como a inclusão de povos indígenas no grupo prioritário na vacinação contra a Covid-19. A voz da resistência costura uma teia única de valor para todas as camadas temporais.

Paralelo à narrativa da tragédia, o site destaca a atualização das ações obtidas com as campanhas (Figura 5), enumerando pessoas beneficiadas, máscaras distribuídas, barreiras sanitárias instaladas, distritos sanitários indígenas instalados e equipados pelo movimento. Essas ações precisam fazer sentido para os povos, pois são as suas conquistas sendo visibilizadas no território digital.

Figura 5 – Print aba Nossa Luta



Fonte: Emergência Indígena (2020).

Recorre-se ao sentido de quadro, em Goffman (2012), para pensar as construções narrativas do site sobre a situação dos indígenas como uma limitada estrutura cognitiva, empregada subjetivamente com o objetivo de que os sujeitos possam atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos e abstratos que os cercam.

O site opera no sentido de uma comunicação em permanência, e assim as informações nunca significam um fim em si mesmas, mas uma continuidade nos mesmos moldes da luta dos povos indígenas no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMUNICAÇÃO EM PERMANÊNCIA

Um primeiro aspecto fundamental na análise do site Emergência Indígena é que sua construção configura uma interpretação refletida sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, com a intenção, conforme princípios do interacionismo simbólico, de ser um processo formativo em que os significados são utilizados como instrumentos para orientar e escolher as ações comunicativas relevantes na interação com a sociedade, a partir do território digital.

Os povos indígenas respondem à pandemia, com base nos significados de suas experiências, mas o espaço enuncia, na sua abertura, uma condição de existência, não apenas na pandemia, mas em todo um contexto histórico, político, social e cultural. Assim, eles definiram a situação e decidiram como agir em relação a ela, considerando os desdobramentos das intenções, ações e expressões alheias às suas realidades.

O site reforça, como demarca Meneses (2009), que os povos indígenas abordam suas narrativas e narrações a partir de suas histórias sobre a criação, e não sobre as histórias de colonização, concretizando em suas vozes como eles chegaram a um lugar particular e como se tornaram esse lugar.

Em outra instância, a partir do PDV, as narrativas se constituem em subversão do modelo midiático tradicional, produzindo e circulando informações que consideram relevantes, independentemente da agenda imposta pelo jornalismo. O domínio das ferramentas da comunicação digital demonstra que a busca por canais autônomos coloca as comunidades indígenas do Brasil na arena onde estão expostas à luta e aos debates políticos.

Assim, elas dispõem da possibilidade de garantir a autonomia da emissão de mensagens, seleção dos assuntos e experiências que querem ver narradas; e da realidade que reconhecem a partir de suas perspectivas de vivências. Mas nem os dados ou personalidades que endossam as informações garantem visibilidade no campo midiático tradicional.

Com a perspectiva do PDV, é possível assegurar espaço para as vozes excluídas e para quem quiser ouvi-las, porque o que está exposto se consolida em informação, desenvolvida a partir de fontes referenciadas, atualizadas sistematicamente, e que poderia ser citada à margem do monopólio da comunicação midiática.

A narrativa que interpretamos como de resistência busca espaço para desafiar o senso comum, se posicionar publicamente contra um sistema

social, político, cultural, moral, religioso, organizacional e/ou civilizacional (WAINBERG, 2017).

A característica disruptiva e revolucionária do território digital fortalece essa prática inclusiva do processo de desintermediação comunicativa a partir de um projeto estratégico de visibilidade para os silenciados, semeando uma experiência participativa e horizontal da comunicação que pode ser amplificada. Como demonstra a agenda pública, o site obteve resultados, ainda que parciais, de assistência e priorização das comunidades indígenas.

As entidades representativas conseguiram apresentar uma narrativa singular, de acordo com as particularidades das etnias, sem hierarquizar ou subverter os sentidos da experiência indígena na pandemia. Suas articulações comunicativas seguem os moldes da ação coletiva priorizada pelos povos indígenas contra uma posição colonizada historicamente, apagada e silenciada.

REFERÊNCIAS

APIB. Assista às discussões da nossa assembleia que aconteceu nos dias 8 e 9 de maio. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/05/08/assista-a-assembleia-da-resistencia-online/>. Acesso em: 14 maio 2021.

APIB. **Emergência indígena**: plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Brasília, DF: APIB, 2020b. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3266/1/CP7_04020.pdf. Acesso em: 9 maio 2020.

APIB. Envie denúncias para APIB. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**, Brasília, DF, 29 jun. 2020c. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/06/29/envie-denuncias-para-apib/>. Acesso em: 14 maio 2021.

AUBERT, N.; HAROCHE, C. **Tiranía da visibilidade**: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. Tradução Francisco Fátima da Silva e Andrea Stabel. São Paulo: Fap/Unifesp, 2013.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. (org.). **Teoria da comunicação**. São Paulo: Mosaico, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1075930/mod_resource/content/1/Interacionismo%20Simb%C3%B3lico%20-%20H%20Blumer%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- COHN, G. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COULDRY, N. **Why voice matters: culture and politics after neoliberalism**. New York: Sage Publications, 2010.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.
- CUNHA, M. C. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do “mito na modernidade”**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- EMERGÊNCIA INDÍGENA. Home. **Emergência Indígena**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em: 14 maio 2021.
- ESCOLA, J. Comunicação educativa: perspectivas e desafios com a COVID-19. **Educação & Realidade**, Porto, v. 45, n. 4, e109345, 2011.
- ESTEVES, J. P. **Sociologia da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FRANÇA, V. **Jornalismo e vida social**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FUNDAÇÃO ARAPORÃ. Projetos. **Fundação Araporã**, Araraquara, 2021. Disponível em: <https://fundacaoarapora.org.br/projetos/>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- GANS, H. J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Illinois: Northwestern University Press, 2004.
- GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2019.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Início. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 14 maio 2021.
- MARTINO, L. M. S. Epistemologia da alteridade: entre o erklären (explicar) e o verstehen (compreender). **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37-A, p. 101-108, jul./dez. 2016.

MATOS, O. Democracia e visibilidade: princípio de realidade e sociedade da comunicação. *In*: AUBERT, N.; HAROCHE, C. (org.). **Tiranía da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Fap/Unifesp, 2013. p. 343-353.

MEAD, G. H. **Self e sociedade**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

MENESES, M. P. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 1067-1097.

MÍDIA NINJA. Quem somos. **Mídia Ninja**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 maio 2023.

MUNDURUKU, D. Usando a palavra certa pra doutor não reclamar. **Daniel Munduruku**, [s. l.], 04 maio 2013. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2013/05/usando-palavra-certa-pra-doutor-nao.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PINTO, R. F. A viagem das idéias. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 97-114, 2005.

RABATEL, A. **Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa**. São Paulo: Cortez, 2016.

RESENDE, F. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. *In*: SILVA, G. *et al* (ed.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: Compós, 2011. p. 120-134.

SANDSTROM, K.; MARTIN, D. D.; FINE, G. A. **Símbolos, selves e realidade social: uma abordagem interacionista simbólica à psicologia e à sociologia**. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2016.

SOUZA, M. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WAINBERG, J. A. A comunicação dissidente e os atos que falam. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/23589/15004>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Submissão: 16/10/2022 • Aprovação: 12/04/2023